



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

| CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS | | |
|--|-------------------|------------------|
| EVENTO: Reunião Ordinária | Nº: 0041/08 | DATA: 26/02/2008 |
| INÍCIO: 15h03min | TÉRMINO: 15h34min | DURAÇÃO: 31min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 31min | PÁGINAS: 14 | QUARTOS: 7 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

[Redacted]

SUMÁRIO: Votação e aprovação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há intervenção inaudível.

[Redacted]



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Havendo número regimental, declaro aberta a 7^a Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito criada com a finalidade de investigar escutas telefônicas clandestinas ilegais, conforme denúncia publicada na revista *Veja*, edição 2.022, nº 33, de 22 de agosto de 2007.

Encontram-se sob as bancadas cópias atas das 5^a e 6^a Reuniões, partes pública e reservada.

Pergunto aos Srs. Parlamentares, se há necessidade da leitura das referidas atas. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Luiz Couto, solicita a dispensa da leitura.

Dispensada a leitura das atas, a pedido do Deputado, submeto à discussão as atas.

Não havendo quem queira discuti-las, em votação.

Os Deputados que aprovam as atas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Ordem do Dia.

Deliberação de requerimentos.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Eu acho que devíamos fazer uma reunião para que pudéssemos fazer um critério de requerimento com respeito à oitiva dessas pessoas. Estamos ouvindo gente demais. Eu acho que nós não precisamos ouvir o tanto de pessoas que sendo requeridas nos documentos, porque, eu acho, simplificando, que é só pegar as peças-chaves de cada empresa de comunicação, e pessoas que realmente venham dar informação positiva para nós, porque se nós continuarmos do jeito que está, com tantos requerimentos, vamos ficar só ouvindo pessoas aqui e não vamos chegar a nada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito bem, Deputado Bessa.

Em primeiro lugar, nós tínhamos a tomada de depoimento do Sr. Ministro Sepúlveda Pertence, que encaminhou a informação de que, por compromisso anteriormente assumido, em razão da nova função que S.Exa. irá exercer no Conselho de Ética da República, não poderá estar presente aqui hoje e solicitou que fosse marcada nova data para que possa comparecer. Portanto, isso será feito e não faremos a tomada de depoimento do Ministro Sepúlveda Pertence.

Quanto à manifestação do Deputado Laerte Bessa, eu acho que ela é própria, mas nós temos vários requerimentos apresentados por vários Deputados, todos eles interessados na Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, não nos cabe, agora, cercear essas sugestões. Caberá, posteriormente, ao Relator apreciar os requerimentos aprovados e ver os que vêm ao encontro daquilo que estamos propugnando fazer nesta Comissão.

Portanto, vamos apreciar todos os requerimentos, porque não me cabe fazer censura de requerimento. Apenas vou deixar de apreciar os requerimentos daqueles que não estiverem presentes para defender os seus requerimentos.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Eu acho que a triagem é muito importante para dar andamento ao nosso trabalho. Concorda, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Concordo. Portanto, vamos começar a votação para que possamos...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Se o Presidente me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Tem a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... quero dizer, dialogando com o Deputado Laerte Bessa, que na semana passada nós fizemos uma reunião administrativa em que pudemos, à luz dos requerimentos aprovados, montar um calendário para as 2 próximas semanas. Já estamos, mais ou menos, com a idéia de oitivas aí para as 2 próximas. Nós estamos preocupados com o rumo da Comissão Parlamentar de Inquérito, estamos preocupados em trazer à Comissão depoimentos que possam contribuir com o objetivo da Comissão, dentro daquele roteiro que nós havíamos estabelecido, que é fazer o diagnóstico de como estão



acontecendo as interceptações legais no País, as interceptações ilegais e qual é o aparato tecnológico que hoje existe no mercado para esse tipo de atividade.

Tanto é assim que, amanhã, vamos ouvir aquele chefe da TELEMAR, mas, na quinta-feira, já vamos ouvir um técnico da ABIN, que vai poder, inclusive, fazer toda uma exposição de como as interceptações estão ocorrendo hoje no Brasil.

Na próxima semana, a idéia é já ouvir as operadoras, ouvir as entidades que representam o Judiciário e o Ministério Público e ouvir também a ANATEL. Portanto, nós estamos com todo um calendário programado para as próximas 2 semanas que vai ao encontro dessa preocupação do Deputado Laerte Bessa também.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Relator, só para esclarecer, com respeito à ABIN. A ABIN não tem muito a informar para nós, não. A ABIN, desses que foram convocados aqui, é quem menos tem condições de passar informações com respeito...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO NELSON PELLEGRINO - Mas só para esclarecer a V.Exa...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - ... a interceptarão telefônica, porque eles mesmos não tem competência para fazer isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - É isso. Mas só para esclarecer a V.Exa., a idéia inclusive — e já há requerimento nesse sentido —, e o meu Roteiro já previa, é mais adiante, bem mais adiante, convidar o Diretor da ABIN para fazermos um debate aqui nesta Comissão sobre o papel da ABIN. Inclusive, tenho conhecimento, e o Presidente da Comissão, Deputado Marcelo Itagiba, de que o Delegado Paulo Lacerda tem defendido a alteração da competência institucional da Agência Brasileira de Inteligência, inclusive para permitir que ela possa também fazer esse trabalho de interceptação. Hoje, ela não tem competência legal para isso, nem constitucional.

Então, uma coisa, é fazer um debate sobre o papel da ABIN à luz dessa matéria. Mas esse técnico que será ouvido na quinta-feira é um técnico da ABIN — é um requerimento do Deputado Marcelo Itagiba — que tem conhecimento sobre não só o aparato tecnológico, como também, porque já trabalhou nessa área, tem condições de nos dar informações em relação a como essa atividade está ocorrendo no Brasil. Assim como há um requerimento aprovado de convocar o Dr. Molina, que



é também um técnico nessa área, no momento devido, dentro daquela perspectiva de trazermos à Comissão, porque nem todos são profissionais dessa área... V.Exa. já foi Delegado da Polícia Civil, então deve ter conhecimento dessa atividade, porque o setor era subordinado à V.Exa. Também está aqui a Deputada Marina Maggessi, que trabalhou especificamente nessa área. O Deputado Marcelo Itagiba foi superintendente, mas muitos Parlamentares estão estudando a matéria, como o Deputado Maurício Quintella Lessa, que está virando um especialista. Eu tenho estudo bastante. Mas, uma coisa é o estudo teórico, outra coisa é a vivência prática.

Então, profissionais dessa área, de uma certa forma, contribuem enormemente para que nós, Parlamentares, como um todo da Comissão, possamos ter uma convicção a partir de depoimentos de quem conhece o setor, de quem conhece como a atividade funciona, e formar o nosso convencimento, e o Relator possa, inclusive, formar o seu convencimento para apresentar o seu relatório com a contribuição evidentemente de todos os Parlamentares desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Só para esclarecer ao Deputado Laerte Bessa, como fui o autor do requerimento, a convocação do Servidor da ABIN — e eu sei que V.Exa. é um grande convededor dessa área de interceptação telefônica em função do trabalho que exerceu dignamente como Chefe da Polícia Civil do Distrito Federal. Existem sistemas de interceptação que não são os sistemas de interceptação regulares com os quais estamos acostumados a operar. Existem equipamentos outros que são do mister da ABIN conhecer para poder tentar obter contramedidas à interceptação feita até por países estrangeiros no nosso sistema de comunicação.

E acho que para quem vai fazer no futuro uma lei relativa à questão das interceptações de comunicações e interceptações telefônicas, seria interessante conhecer essa parte, que é uma parte com que nós, policiais, no dia-a-dia não lidamos, e esse pessoal tem essa *expertise*. Essa foi razão pela qual eu fiz a convocação desse técnico.

Vamos aos requerimentos?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Pela ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Apenas um questionamento e uma sugestão. A primeira sugestão em relação ao que foi colocado pelo Deputado Laerte, acho que temos um roteiro de trabalho preestabelecido pelo Relator e aprovado por esta Comissão. Mas acho que esses requerimentos que os Deputados trouxeram, alguns pela vivência na própria região, por experiência própria, e outros em decorrência das oitivas que nós tivemos aqui, podem nos trazer muita matéria-prima para o debate e para futuras diligências e investigação desta Comissão.

Então, acho que nada impede que aprovemos os requerimentos. Depois, em regiões internas, administrativas, podemos definir quais são os mais importantes, se depois aparecerão outros mais importantes do que os que estão aqui. Mas eu acho que não há nenhum empecilho em aprovarmos os requerimentos.

O questionamento que eu queria fazer é se foi tomada alguma medida em relação à oitiva da ex-Procuradora-Geral do TCDF. Acho que a Comissão havia ficado de solicitar o inquérito do fato que ocorreu com ela, porque eu acho que é um fato concreto que temos de interceptação telefônica. Apenas para que não caia no esquecimento, a Comissão realmente deve solicitar a documentação necessária para que possamos avançar naquela investigação.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, apenas para dar conhecimento ao Deputado Maurício Quintella Lessa e aos demais integrantes da Comissão, recebemos uma informação hoje de que os 2 policiais que foram aqui apontados como partícipes daquele processo foram afastados por determinação da Secretaria de Segurança Pública.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Nós já temos os nomes?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Temos, estão nos autos os nomes dos 2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vamos aos requerimentos.

Item 1 Requerimento de Informação nº 26, de minha autoria. Terei de passar a presidência dos trabalhos ao próprio Relator.



O SR. DEPUTADO FERNANDO DE FABINHO - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado Fernando de Fabinho.

O SR. DEPUTADO FERNANDO DE FABINHO - Sr. Presidente, demais pares, queria, neste instante, fazer uma retrospectiva do roteiro de trabalho que a Comissão apresentou — inclusive, proposta feita pelo Presidente — em que, na primeira fase, no seu item 1.1 diz o seguinte:

“1.1 Obter das autoridades abaixo relacionadas informações sobre todas as interceptações telefônicas requeridas, formal ou verbalmente, por si ou por integrantes por seus órgãos vinculados a partir da vigência do início da 53ª Legislatura (2007), com base no art. 3º, incisos I e II e §1º do art. 4º da Lei nº 9.296 de 24.07.96, destacando aquelas que estão em execução, as que estão pendentes de autorização e as que foram indeferidas”.

Aí, vêm: Secretário de Segurança Pública dos Estados, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados, Procurador-Geral do Ministério Público Federal, Procurador-Geral da Justiça Militar.

Baseado nesse item e analisando alguns requerimentos que já foram apresentados, eu queria que V.Exa. analisasse com muito carinho e com muita atenção, porque, no meu entender, há alguns requerimentos que estão fora do escopo dessa matéria. Sendo assim, gostaria que a Presidência se posicionasse com relação a esses requerimentos, pode ser agora, como pode ser posteriormente. Eu, inclusive, em *off*, estive conversando com V.Exa., e os autores que não estivessem presentes, V.Exa. não colocaria em votação, para que se possa realmente manter aquilo que está escrito e conduzir esse processo de uma forma que venha atender à expectativa daquilo que foi proposto pela CPI. Essa é apenas uma preocupação. Queria deixar esse fato registrado, para que possamos discutir as outras as matérias e os próximos requerimentos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu acho que a posição de V.Exa. é correta dentro do escopo em que aprecia os trabalhos desta Comissão. Como V.Exa. bem sabe, uma comissão parlamentar de inquérito é um órgão de deliberação coletiva, e não cabe a mim cercear os Deputados na apresentação dos seus requerimentos. Então, eu acho que caberia, sim, nós verificarmos a questão à medida que o problema vier a se apresentar. No momento, nós não temos o problema, porque eu não vou apreciar os requerimentos quando estiverem ausentes os seus autores.

Então, portanto, eu acho que nós podemos deixar isso para a próxima reunião e verificar se isso verdadeiramente se encaixa no escopo da questão das escutas indevidas e ilegais ou não, e se está entre as escutas indevidas e ilegais, se está dentro prazo no qual nós iremos estabelecer as diretrizes dos nossos trabalhos.

Então, portanto, no momento, eu vou retirar de pauta, a não ser que compareçam aqui os autores desses requerimentos assinalados e, depois, mais à frente, deliberaremos sobre eles. *O.k.*?

Então, passo, aqui, a palavra ao Relator para me substituir na Presidência, porque se trata de requerimento de minha autoria. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Requerimento nº 26/08 de autoria do Deputado Marcelo Itagiba, que "*requer informações ao Presidente da ANATEL — Agência Nacional de Telecomunicações, sobre as operadoras de telefonia fixa e móvel*".

O requerimento é no seguintes temos:

"Requeiro, nos termos do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e art. .2º da Lei nº 1.579 de 1952, combinado com o inciso II do art. 36 do Regimento Interno, que seja expedido ofício ao Presidente da ANATEL, para que este informe a esta Comissão no prazo de 15 dias quais as operadoras de telefonia fixas e móveis que operam no Brasil".

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Há algum que Parlamentar deseje discuti-lo? (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Parlamentar que queira discuti-lo, em votação.



Os Deputados que concordam com o conteúdo permaneçam como estão.
(Pausa.)

Aprovado.

Devolvo a presidência ao Deputado Marcelo Itagiba. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Item 2.

Requerimento nº 25/08 do Sr. Maurício Quintella Lessa, que “*solicita sejam convidados os Srs. Diretores da TELEMAR do Rio de Janeiro, Paulo Edson Pinheiro e Marcelo Aguilar, a esta Comissão para prestarem esclarecimentos*”.

Tem a palavra o requerente.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, tivemos a oitiva do Sr. Neto, que é ex-Diretor da TELEMAR e respondia pelo setor que tecnicamente executava as interceptações telefônicas autorizadas pela Justiça. Esses 2 diretores aqui são apontados pelo próprio Neto como os atuais responsáveis por esse setor na TELEMAR do Rio de Janeiro, e houve aqui também uma acusação de que o Neto teria sido exonerado, teria sido afastado das suas funções por estar realizando trabalhos de fiscalização acerca dessas escutas possivelmente ilegais e, por isso, teria sido afastado por esses 2 diretores.

Por isso, considero importante ouvi-los e saber efetivamente por que o Neto foi afastado e se realmente foi afastado em decorrência da sua atuação e, naquele momento, fiscalizando supostas escutas irregulares no Rio de Janeiro. Vamos ver que conflitos de interesses há nesse ato.

Portanto, eu coloco à apreciação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, eu ainda insisto em que o Relator deva dar algum depoimento com relação a cada requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quanto S.Exa. achar necessário o fará, Deputado Simão Sessim. É muito boa a idéia de V.Exa. E quando S.Exa. achar necessário, poderá fazê-lo.



O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Não é quando S.Exa. achar. É que o Plenário vota mais ou menos dentro da linha Relator, até porque o roteiro foi feito por S.Exa. Se S.Exa. entender que não deve ser ouvido, que não precisa, que não vai acrescentar. A palavra do Relator é importante para nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Acho que V.Exa. tem toda a razão...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - S.Exa. é o maestro, S.Exa. é quem afina esta orquestra aqui, e V.Exa. é o dono do espetáculo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não. V.Exa. tem toda a razão, e acho que todas as vezes que S.Exa. tiver o interesse de se manifestar, a palavra está aberta para que o faça.

Item 4 da Pauta. Requerimento nº 28/08 do Deputado Nelson Pellegrino, que “*requer a convocação do Presidente da ANATEL*”.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Desculpe. Item 3, Requerimento nº 27, que “*requer a convocação de Representantes da OI, Brasil Telecom, Telefônica, Vivo, Tim e Claro*”.

Trata-se de Requerimento nº 27/08 do Relator.

Tem a palavra o Relator, atendendo à solicitação do Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, esse requerimento vem ao encontro justamente do roteiro que foi por nós apresentado e aprovado por esta Comissão. E a idéia não é trazer os Presidentes das empresas, mas, sim, os responsáveis pelo setor que executa as determinações legais de interceptações telefônicas. É evidente que será também uma oportunidade de ouvir de todos os representantes dessas empresas qual a política que tem sido adotada por elas no sentido de não só executar as determinações legais, mas também qual é a política de prevenção para evitar que seus clientes sejam ilegalmente interceptados e se há de fato uma vigilância permanente e como esse processo todo ocorre. Então, o requerimento vem ao encontro do Interesse desta Comissão em fazer um diagnóstico de como as interceptações legais estão ocorrendo no País e como as empresas têm lidado com as denúncias, inclusive de usuários seus, de interceptações ilegais e clandestinas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Simão Sessim, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, não sei se o Relator, com esse requerimento, deixa a tempestividade com relação ao Requerimento nº 1, que aprovamos, de V.Exa. V.Exa. requer informações ao Presidente da ANATEL sobre as operadoras de telefonia fixa e móvel. O Relator restringe a algumas. Não sabemos se estão todas aqui. Por que não aguardar o de V.Exa., para que o Relator acrescente as fixas também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Já temos um cronograma, Deputado Simão, e a previsão é a de que, nas próximas duas semanas, possamos já ouvir essas empresas. São as principais. Evidentemente, há a antiga Vesper, deve ter aquela que faz telefonia por satélite, há a Nextel, que podemos até incorporar...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Então, ouviríamos essas. Se houver outra...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A idéia é fazermos o diagnóstico das grandes. Isso representa 95% do mercado. E, se considerarmos, à luz do requerimento do Deputado Marcelo Itagiba, que possa, por exemplo, a Nextel ou operadora por satélite, alguma coisa assim, nós podemos complementar. Mas é para dar, inclusive, guarda legal, para que possamos convidar os representantes dessas empresas nas próximas audiências previstas.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Só chamei a atenção, porque, às vezes, é de uma dessas que não é muito conhecida que, talvez, estejam fazendo as escutas ilegais.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Se surgir, no curso, alguma indicação, certamente nós faremos o requerimento para convocar, mas é para que já possamos ter previsão legal para convocar essas aqui.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Concordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)



Aprovado.

Senhores, o item 4 e o item 5 da pauta tratam da mesma matéria. O Deputado Alexandre Silveira não se encontra, mas o Deputado Nelson Pellegrino se encontra e, como é o mesmo requerimento, vou botar os dois em votação conjunta, para apreciação de V.Exas. O Requerimento nº 28/2008 e o Requerimento nº 30/2008, que são sobre a convocação do Presidente da ANATEL.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Se V.Exa. me permitir falar brevemente — e acredito que seja também o mesmo objetivo do Deputado Alexandre Silveira —, quero dizer que a convocação do Presidente da ANATEL aqui tem um significado, na medida em que é a ANATEL a Agência brasileira que não só regulamenta, mas também autoriza e fiscaliza a importação de equipamentos para nosso País. Então, toda essa parafernália que está aí sendo posta para a investigação passa sob o crivo da ANATEL, pelo menos no que legalmente é trazido para o País. O que é trazido ilegalmente, cabe à ANATEL fiscalizar a utilização. E nós queremos saber, de fato, o que a ANATEL tem autorizado para ingresso no País, se a ANATEL tem fiscalizado a comercialização desses equipamentos, se esses equipamentos estão sendo comercializados conforme estabelece a lei e quais são as providências que a ANATEL tem adotado em caso de abusos, em caso de denúncias. Então, acho que é fundamental esta Comissão convocar o Presidente da Agência, para que ele venha aqui prestar esses esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Em votação.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovados os Requerimentos nºs 28 e 30 da Pauta.

Vamos agora ao Requerimento nº 29 de 2008, também do Deputado Nelson Pellegrino, que *"requer sejam convidados para reunião de audiência pública representantes de associações"*.

Com a palavra o Relator e autor do requerimento, Nelson Pellegrino.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse requerimento também vem ao encontro do roteiro por nós estabelecido. É fundamental, dentro daquela lógica, sabermos quem autoriza — no



caso, pela Lei nº 9.296/97, é a autoridade judiciária —, mas a lei estabelece uma série de condicionantes para essa autorização, inclusive a própria lei estabelece que a autoridade judiciária deva acompanhar o cumprimento da determinação judicial e também zelar pelos dados que a autoridade coletou.

Então, a nossa idéia é justamente convocar a Associação dos Magistrados Brasileiros — AMB, que representa todos os magistrados do Brasil — e a AMB, inclusive, já manifestou interesse de vir debater a matéria; a AJUF, que é a Associação dos Juízes Federais, porque vários juízes federais têm sido prolatores de decisões autorizando interceptações, e a Associação dos Integrantes do Ministério Público. Não é ainda o convite às instituições, não é o convite ainda ao Presidente do Poder Judiciário, que é a Ministra Ellen Gracie; não é o convite ainda ao Procurador-Geral da República, o Procurador Antônio Fernando; é o convite às representações profissionais, no caso, as entidades que representam os magistrados e os integrantes do Ministério Público.

Então, eu creio que essas entidades colaborarão também para que possamos estabelecer o diálogo sobre como a Lei nº 9.296 vem sendo executada e vem sendo cumprida e se seus ditames estão sendo observados pelos magistrados e integrantes do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Item 7 da pauta. Vou retirá-lo em função da ausência do Deputado Paulo Abi-Ackel; o item 8 também.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, se V.Exa. me permitisse, eu gostaria de subscrever os Requerimentos nº 31 e nº 32, do Deputado Paulo Abi-Ackel, que V.Exa. anunciou agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Requerimento nº 31 que requer seja convidado o Presidente Executivo da Associação Nacional das Operadoras de Celulares. É isso?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Isso. E o da telefonia fixa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o 32: Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Serviços de Telefonia Fixa Comutados — ABRAFIX. Se V.Exa. os subscreve, com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, considero que esses 2 requerimentos do Deputado Paulo Abi-Ackel são válidos porque também poderemos obter, por parte dessas associações que representam as empresas informações importantes em relação ao funcionamento desse processo.

Portanto, penso que o requerimento do Deputado Paulo Abi-Ackel vem no sentido de permitir que essas representações das empresas possam discorrer sobre a política das empresas nesse setor.

Então, eu penso que essa é uma contribuição também que esta Comissão poderá obter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Só uma pergunta: onde a ABRAFIX entra mesmo nesse negócio? O que ela faz? Qual a sua atribuição e também a Associação Nacional dos Operadores de Celular.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Elas representam as empresas. Portanto, os seus representantes poderão falar sobre a política das empresas em relação às interceptações...

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Estamos chamando os Presidentes já, não é?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não. Estamos chamando os representantes do setor. Aprovamos requerimento de minha autoria para que os responsáveis pelo setor que dá cumprimento a essas determinações possam falar. Então, vai ser a fala institucional, ou seja, vamos inquirir institucionalmente a ABRAFIX e essa Associação Nacional das Operadoras de Celulares. Essas virão falar sobre a política internacional do setor, como é que o setor vê esse problema hoje em nosso País, entendeu? Uma coisa é sabermos das empresas como está funcionando, outra coisa são essas representações profissionais virem discorrer aqui, na Comissão Parlamentar de Inquérito, qual é a política das empresas para esse setor, como elas vêm esse problema hoje.



O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - As concessionárias não são as operadoras, não? Não é a mesma coisa, não? Não são 2 entidades representando as mesmas...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não. São 2 entidades distintas.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Ah, uma é fixa e a outra é celular. Está certo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Uma é fixo, a outra é celular. A ABRAFIX é fixo, e há as operadoras de aparelhos móveis.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - De acordo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Há alguém mais que queira se manifestar? (*Pausa.*)

Em votação o Requerimento nº 31 e o Requerimento nº 32, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Abi-Ackel, subscrito pelo Relator neste ato.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Quanto aos Requerimentos de nº 33, 34, 35 e 36, estão retirados de pauta por ato da Presidência, tendo em vista a ausência do requerente.

Existem requerimentos extrapauta, mas não temos aqui número para fazer a votação nominal.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - V.Exa. retirou de pauta, porque o autor não está, mas eu vou solicitar também ao Deputado Colbert Martins para que eu possa subscrever esse requerimento. No entanto, acho que a presença dele é fundamental para a defesa dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito bem.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião a realizar-se amanhã, no dia 27 de fevereiro, às 14h30min, no Plenário 7 do Anexo II, para tomada de depoimentos do Sr. Arthur Madureira de Pinho, Gerente de Operações da TELEMAR, e para apreciação de outros requerimentos.

Está encerrada a presente reunião.